

FORMAÇÃO JUDICIAL NO BRASIL: MODELO EDUCATIVO EM CONSTRUÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Graça Maria Borges de Freitas

Juíza do Trabalho do TRT – 3ª Região

Coordenadora Acadêmica da Escola Judicial do TRT – 3ª Região

Presidente do Conselho Nacional de Escolas da Magistratura do Trabalho – Conematra

I. Importância do tema

Por diversos fatores e sob distintas perspectivas, o tema da formação de magistrados tem sido apontado como uma das questões prioritárias a serem enfrentadas para responder aos desafios impostos ao Judiciário na sociedade contemporânea.

Um dos motivos do interesse pelo tema é o aumento da litigiosidade e da complexidade das demandas ocorridas a partir dos anos de 1980, decorrentes de alterações sociais, políticas e econômicas que transformaram as estruturas do Estado e da sociedade, e deslocaram para o Judiciário¹ conflitos que antes eram resolvidos em outros espaços públicos ou privados.

A centralidade ocupada pelo Judiciário, decorrente, também, de um maior protagonismo de novos atores sociais² e, no Brasil, da ampliação dos direitos inscritos na Constituição de 1988³, gerou expectativas quanto às

¹ Nesse sentido, apontamos, entre outros, os estudos relativos à judicialização (resolução de conflitos por meio de processos judiciais) da política e das relações sociais no Brasil (VIANNA et al., 1999) e judicialização das relações familiares (SIFUENTES, 2004). Ver também Araújo (2004), em que a autora aponta o Judiciário como nova esfera pública na sociedade contemporânea.

² Especialmente, “os novos movimentos sociais”, mencionados por Santos (2000b) e Faria (1991), que, ao lado do Estado, tornaram-se uma nova esfera pública no paradigma do Estado Democrático de Direito, que aponta para a substituição de um modelo de democracia representativa por uma democracia participativa.

³ Além da positivação de muitos direitos individuais, políticos e sociais, a Constituição ampliou a estrutura do Poder Judiciário e do Ministério Público, e valorizou o papel da Advocacia e Defensoria Pública. A criação de Juizados Especiais Cíveis também representou importante fator de ampliação do acesso à justiça pela população mais pobre nas causas de pequeno valor.



possibilidades deste Poder garantir a realização de direitos previstos nas leis e na Constituição.

A transnacionalização da economia e o interesse do capital na estabilidade das instituições do Estado, na homogeneidade do direito em matérias de interesse econômico e na previsibilidade das decisões judiciais, fizeram com que a reforma do Judiciário e, em seu bojo, a criação de Escolas Judiciais passassem a ser uma bandeira também dos defensores da economia de mercado, nos termos das regras do chamado “segundo consenso de Washington”⁴, questão que aparece nas propostas do Banco Mundial para a reforma do Judiciário na América Latina e no Caribe (CANDEAS, 2003), e que deve ser objeto de atenção em face da ênfase dada aos valores da “previsibilidade das decisões” e “cumprimento dos contratos” pelas instituições internacionais que difundem os parâmetros da agenda econômica global.

A par disso, estudiosos da Sociologia do Direito e da Sociologia das Profissões têm se referido também à importância do tema.

Santos (2000b, p.181) põe em relevo a importância dos sistemas de formação e recrutamento de magistrados e a necessidade, hoje, de uma magistratura “culturalmente esclarecida”, isto é, com um certo “distanciamento crítico” e “prudente vigilância pessoal no exercício das suas funções”, destacando, em relação à formação dos magistrados:

“[...] a necessidade urgente de os dotar de conhecimentos culturais, sociológicos e econômicos que os esclareçam sobre as suas próprias opções pessoais e sobre o significado político do corpo profissional a que pertencem, com vista a possibilitar-lhes um certo distanciamento crítico e uma atitude de prudente vigilância pessoal no exercício das suas funções numa sociedade cada vez mais complexa e dinâmica.(2000b, p.174).”

Assim, no momento em que são criadas as Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no Brasil (Enfam e Enamat) o tema da formação de magistrados tem muitos desafios a enfrentar, o que aumenta a importância desta obra realizada pela ENM em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, exemplo pessoal de dedicação e pioneirismo nos estudos sobre a formação de magistrados no Brasil.

⁴ O novo consenso formado a partir do final dos anos de 1990 prega que a eficácia do modelo econômico proposto depende de um Estado forte e com instituições sólidas e eficazes, atuando em “parceria” com o mercado. O Judiciário é fundamental nesse processo, pois é ele que vai julgar a aplicabilidade dos contratos e das novas leis de ajuste da economia, de modo que sua estabilidade e sua previsibilidade importam em maior possibilidade para o investidor de calcular o risco de “aportar recursos” no País. Nesse sentido, ver Candéas (2003).

2. Modelos de seleção e formação de magistrados

Os sistemas de seleção e formação de magistrados não são estanques historicamente e possuem peculiaridades regionais ligadas à tradição jurídica adotada no país e à formação histórica da organização do Estado e, como adverte Sagüés (1998:7), “[...] no constituyen instancias neutras o políticamente esterilizadas.”⁵

Sobre esta questão Fix-Fierro (1998: 9-10) afirma que:

“[...] la definición de la adecuada preparación y selección de los juzgadores no está exenta de aspectos institucionales y políticos que inciden de manera clara y definitiva en la concepción de lo que es y debe ser una escuela judicial. No aceptar esta incidencia sólo puede tener por resultado, en el mejor de los casos, una institución de enseñanza jurídica más, y no el semillero de los funcionarios que tendrán a su cargo una de las funciones centrales y más delicadas del Estado de derecho [...]”⁶

Os principais tipos de seleção ainda hoje existentes são: eleição popular, livre nomeação pelo Executivo, livre nomeação pelo Judiciário, nomeação pelo Executivo condicionada à proposta de outros poderes, nomeação pelo Executivo condicionada à aprovação pelo Legislativo e concurso público (BANDEIRA, 2002, p. 3 e TEIXEIRA, 1999, p. 19).

Os modelos de formação, por sua vez, também se diferem entre os vários países. Podem ser realizados apenas em universidades; pelo Estado, após a conclusão da graduação universitária e antes do ingresso na carreira judicial (caso da Alemanha); por órgão do Poder Judiciário ou Ministério da Justiça, após exame de seleção para ingresso na carreira judicial, em Escolas de Magistratura ou não.

Na literatura europeia⁷, ao tratar-se dos modos de seleção e formação de magistrados, costuma-se apontar a existência de dois grandes modelos: o

⁵ “[...] não constituem instâncias neutras ou politicamente estéreis.” (Tradução nossa).

⁶ “[...] la definición de la adecuada preparación e selección dos juzgadores não está isenta de aspectos institucionais e políticos que incidem de maneira clara e definitiva na concepção do que é e deve ser uma escola judicial. Não aceitar esta incidência só pode ter por resultado, no melhor dos casos, uma instituição de ensino jurídico a mais, e não o sementeiro dos funcionários que terão a seu cargo uma das funções centrais e mais delicadas do Estado de direito [...]” (Tradução nossa). Héctor Fix-Fierro é pesquisador do Instituto de investigações jurídicas da Universidade Autónoma do México na área de Sociologia do Direito e Sociologia das profissões jurídicas, e responsável pela apresentação do número 5 dos Cuadernos para la reforma de la justicia (FIX-FIERRO, 1998).

⁷ Nesse sentido, ver, entre outros, Guarnieri (2001), Pederzoli (2001a; 2001b), Oberto (2003) e Jimenez Asensio (2001) citados, na bibliografia.

“burocrático” e o “profissional”, que seriam os modelos adotados, respectivamente, nos países da tradição romanista (ou do *civil law*) e naqueles de tradição do *common law*.

As principais características dos modelos apontados é que, pelo modelo dito “burocrático”, o Juiz é inserido num corpo “funcionarial”, com perfil generalista, na maioria das vezes, ainda jovem, passando a fazer parte de uma carreira judicial a ser exercida por muitos anos e na qual ocupará distintos postos até ascender aos níveis superiores da mesma carreira.

Nesse sistema, a seleção, geralmente, é feita por concurso e não se exige do candidato notório saber jurídico ou grande experiência de prática forense. A formação se realiza após o concurso, em uma Escola Judicial ou noutro órgão encarregado dessa função.

Tal sistema tem a vantagem de eliminar a influência política das nomeações e criar mecanismo para suprir eventuais défices de formação e experiência dos jovens bacharéis, sendo também vantajoso no que concerne ao oferecimento de formação específica para o desempenho da função jurisdicional.

Nas Magistraturas ditas “profissionais”, por sua vez, os Magistrados, normalmente, são indicados para assumir um posto específico da carreira, por eleição ou por designação política do Poder Executivo, do Legislativo ou de ambos.

Em geral, devem ser indicados entre juristas possuidores de notório saber, reconhecidos por meio da sua atuação nas lides forenses, caso da Inglaterra, ou, também, pelo destaque como juristas em universidades, hipótese mais comum nos Estados Unidos.

Nesse caso, por se tratar de pessoas supostamente já preparadas para o exercício do cargo, não se realiza a formação inicial em Escolas Judiciais, embora possa haver sistemas de formação permanente, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos.

No Brasil, a realização da seleção por meio de concurso público aproxima o modelo brasileiro dos sistemas denominados “burocráticos”. Todavia, considera-se que mais do que relação como o sistema jurídico adotado pelo país, os critérios de seleção e formação de magistrados dizem respeito ao lugar e ao papel que ocupa o Poder Judiciário na organização do Estado.

O ordenamento jurídico brasileiro possui institutos específicos que o diferencia da maioria dos ordenamentos europeus e latino-americanos, de modo que será preciso analisar o papel das Escolas Judiciais no Brasil em função

do seu modelo constitucional de magistratura para evitar-se a importação inadequada de institutos relacionados à formação dos seus membros, como analisaremos a seguir.

3.A legitimação das escolas de governo e das escolas de magistratura no cenário jurídico nacional a partir de 1988

O reconhecimento das Escolas de Governo pela Emenda Constitucional 19/98 e a introdução das Escolas Nacionais de Magistratura no âmbito dos Tribunais Superiores no Brasil representam uma aproximação do nosso modelo de aperfeiçoamento de carreiras públicas do modelo francês no que tange à existência de um sistema próprio de formação pública em serviço.

Isso não é novidade no Brasil, pois já era aplicado às carreiras diplomáticas, por meio do Instituto Rio Branco, desde 1945, e a outras carreiras federais vinculadas ao Poder Executivo, por meio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e da Escola de Administração Fazendária (ESAF), entre outras instituições semelhantes de âmbito nacional ou regional.

A novidade introduzida na nossa Constituição diz respeito, por um lado, ao reconhecimento dessas Escolas de Governo e ao estímulo à sua criação no âmbito da Administração Pública, conforme nova redação do art. 39, § 3º, do capítulo que rege o regime jurídico dos servidores públicos civis, e, por outro, à admissão desse modelo de Escolas no seio do Poder Judiciário (arts. 111-A, § 2º, inciso I e 105, parágrafo único, inciso I), cuja formação dos seus membros, até antes de 1988, não era regulada por norma de âmbito federal, salvo por dispositivos esparsos da Lei Complementar 35/79 (LOMAN), entre os quais o que permitia o afastamento do Magistrado para cursos, sem prejuízo dos seus vencimentos (art. 73, I).

A ausência de referência às Escolas de Magistratura nas normas constitucionais que regiam a seleção e formação de magistrados no Brasil fazia com que o nosso sistema de formação judicial fosse mais similar ao modelo “americano”, citado, normalmente, como contraponto ao modelo “francês” de formação dos agentes públicos, cuja característica é a de ser feita “[...] no mesmo espaço de formação técnica e profissional do setor privado [...]” (Ribeiro, 2003, p. 131)⁸.

Ao expor, em linhas gerais, as características dos sistemas de formação

⁸ Exceção feita às carreiras militares cuja formação, nos dois sistemas, se dá em Academias ou Escolas específicas.

das carreiras públicas, tomando como referência genérica o sistema “francês” e o “americano”, Ribeiro (2003, p. 131-132) expõe da seguinte forma as críticas que se faz aos dois sistemas e as vantagens de um sistema público específico de formação:

“Os críticos do sistema francês entendem que uma formação específica afastaria os servidores públicos da sociedade, induzindo a administração a adotar conceitos herméticos, tornando-a uma “torre-de-marfim”, de acesso restrito a alguns tecnocratas. Essa crítica, vinculada à defesa dos valores democráticos, também se preocupa com a eficiência, posto que seria melhor para a administração pública compartilhar dos conhecimentos técnicos e científicos produzidos pelo conjunto da sociedade, o que colaboraria para combater o que se considera notória ineficiência dos meios gerenciais públicos.

Os defensores do modelo de formação específica dos servidores civis dizem, como contra-argumento, que a atividade da administração pública possui características específicas. Para esta corrente, dados os poderes reconhecidos aos órgãos do Estado, mesmo quando estes exercem atividades a princípio iguais às exercidas por particulares, os efeitos produzidos são totalmente diferentes. Por causa disso, mais do que tentar substituir a formação técnica e científica produzida pela sociedade, trata-se de complementá-la, por força das características específicas da administração pública, o que justifica a necessidade das Escolas de Administração Pública ou, ainda, das Escolas de Governo.”

As Escolas de Magistratura previstas na Constituição fazem parte, portanto, da opção do poder público brasileiro de instituir sistemas específicos de formação para as carreiras públicas, especialmente para as carreiras de Estado. Essas Escolas, todavia, não são o único espaço reconhecido de formação do Magistrado, prevalecendo, no nosso sistema, a valorização concorrente da formação obtida no sistema regular de ensino, mediante a possibilidade de reconhecimento de cursos realizados em outras instituições e de afastamentos remunerados para estudo, matérias cuja regulamentação deverá ser objeto de reflexão pelas Escolas Nacionais em breve.

A opção de criar Escolas institucionais reconhecidas constitucionalmente não poderá, portanto, ser recebida como transposição de um certo modelo de Magistratura para o Brasil. As Escolas Judiciais têm de ser pensadas no nosso

país como locus criado para aperfeiçoar o modelo de Magistratura Democrática de Direito vigente no País (ZAFFARONI, 1993), ou Magistratura concebida constitucionalmente como um Poder Político-institucional (SAGÜES, 1998)⁹, o que é um desafio dos mais instigantes para o Judiciário brasileiro hoje e uma oportunidade que se abre a este Poder de criar, no seu interior, um espaço permanente e crítico de reflexão e aprimoramento.

4. Peculiaridades do sistema de formação de magistrados no Brasil

A magistratura brasileira tem algumas peculiaridades de organização que trazem desafios específicos para a organização de sua formação:

- organização Judiciária complexa com distintos ramos, dotados de competências diferenciadas e organizados em carreiras específicas;
- organização federativa do país e sua grande extensão territorial;
- existência de Tribunais Estaduais e Regionais autônomos, responsáveis pela seleção de seus magistrados;
- coexistência de Escolas Nacionais e Escolas Regionais para os ramos distintos das carreiras e de dois sistemas reconhecidos de aperfeiçoamento para a carreira: o institucional (Escolas de Magistratura) e o regular de ensino (Universidades);
- seleção dos Magistrados baseada no critério exclusivo do concurso público de provas e título, com formação inicial, em regra, não seletiva;
- existência de um período de vitaliciamento para confirmação do magistrado no cargo;
- frequência e aproveitamento a cursos de aperfeiçoamento não obrigatória, em regra, mas prevista como requisito para promoção por mérito na carreira;
- sistema de controle de constitucionalidade difuso que faz de todo Juiz brasileiro um Juiz Constitucional.

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, caberá às Escolas Nacionais da Magistratura (art. 111-A, § 2º, inciso I, e art. 105,

⁹Tal característica decorre da possibilidade de este Poder declarar a inconstitucionalidade das leis e de fazer efetivas as garantias dos cidadãos diante de abusos dos Poderes do Estado. Portanto, de neutralizar ou controlar, em alguma medida, os atos oriundos do Legislativo, do Executivo e do próprio Judiciário. Esse modelo de Judiciário deriva do constitucionalismo americano e, como ressalta Sagües (1998), teve esse entendimento consagrado a partir do célebre caso “Marbury X Madison”.

parágrafo único, I, da Constituição), regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.

A ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – já realiza diretamente parte da tarefa formativa dos novos membros da carreira (formação nacional mínima comum), além de ser o órgão que regulamentará o sistema nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho, hoje em fase de implantação. A ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – por sua vez, tem a tarefa de regulamentar o sistema de formação de toda a magistratura federal e dos estados, cuja diversidade e amplitude trazem para essa Escola um desafio ainda maior.

Consideramos que para que as Escolas Nacionais e Regionais possam realizar a tarefa de motor de mudança e aperfeiçoamento institucional do Poder Judiciário estas necessitam funcionar com autonomia didática e administrativa e de modo frouxamente articulado, horizontal e verticalmente, evitando-se o estabelecimento de hierarquias rígidas e a centralização excessiva em nível nacional que impeça o florescimento de novas idéias e a construção de alternativas mais adequadas às necessidades regionais.

Por ser uma Escola de cunho institucional e destinada à formação de membros de uma carreira de Estado, os parâmetros que nortearão a sua atuação devem ser buscados na Constituição.

A valorização do papel constitucional do Juiz e o fortalecimento dos princípios do Estado Democrático de Direito devem perpassar toda a formação do magistrado brasileiro, a fim de que os princípios fundantes da ordem jurídica brasileira sejam reafirmados pelo Juiz a cada vez que aplicar o Direito a um caso concreto.

O conhecimento de experiências internacionais e regionais pode servir às Escolas Nacionais para dimensionar a complexidade da sua tarefa, sem o desperdício da experiência acumulada.

Também é necessário estar atento às pressões globais que influenciam as políticas de reforma dos Judiciários, principalmente em se tratando de interesses regidos por ditames econômicos que possam colidir com princípios constitucionais que regem a organização do Estado Democrático de Direito.

Para que as Escolas funcionem como mecanismo de mudança da cultura institucional e de aprimoramento do Poder Judiciário, elas precisam ser organizadas de forma a criar um ambiente institucional de reflexão que

possibilite que as mudanças ocorram. Para isso, propomos que as Escolas sejam organizadas com base nos seguintes princípios:

- autonomia didático-administrativa e de gestão financeira que permita a formulação e aprovação de seus programas pedagógicos, e realização dessas atividades sem interferência de outras instâncias administrativas da instituição no que tange aos aspectos didático-pedagógicos de seus cursos;
- elaboração de um projeto pedagógico que seja objeto de um repensar coletivo com a participação dos afetados pela formação. Esse projeto deve levar em conta os princípios constitucionais que regem a carreira da Magistratura, o Poder Judiciário e o Estado Democrático de Direito e, como uma constituição, deve legitimar e limitar a atuação institucional da Escola;
- organização das Escolas de modo frouxamente articulado e que garanta sua descentralização horizontal e vertical e o respeito às autonomias regionais. Isso, para permitir o surgimento de novas idéias para o que é necessário não reproduzir a estrutura hierarquizada dos Tribunais;
- para estar aberta à renovação institucional, as Escolas devem privilegiar a lógica do funcionamento em rede. Nesse sentido, propõe-se que a estrutura do Sistema Nacional de Formação dos Magistrados observe a articulação e cooperação entre as Escolas Regionais e entre estas e a Escola Nacional;
- o trabalho em rede deve possibilitar, também, a aproximação entre Judiciário e outros agentes públicos e sociais, bem como a aproximação com a Universidade a fim de que se desenvolva uma cooperação em via de mão-dupla que permita, ao mesmo tempo, a formação permanente dos Magistrados e a formação complementar dos bacharelados em Direito;
- as Escolas de Magistratura devem ser financiadas com recursos públicos destinados especificamente a tal fim, sem prejuízo da realização de parcerias e convênios interinstitucionais com organismos nacionais ou internacionais que realizem funções de interesse compatível com os fins do Judiciário;
- quanto à cooperação interinstitucional, deve-se evitar a cooperação com organismos de financiamento internacional que imponham

restrição à autonomia da Escola, seja por meio do estabelecimento de condições e critérios teórico-metodológicos, seja pela escolha de conteúdos e instrutores. Tal cuidado deve ser observado para evitar-se a utilização das Escolas para obtenção de propósitos alheios aos interesses do Judiciário e voltados aos interesses do órgão financiador. Assim, a fonte pública de financiamento da formação de Magistrados é fundamental para a autonomia das Escolas e independência do Judiciário;

- no que tange à gestão da Escola, deve ser observada a ampla representatividade dos seus dirigentes, os quais devem ser escolhidos de modo democrático e que permita a participação daqueles que serão afetados pela sua atuação.

Considera-se, portanto, que as Escolas de Magistratura funcionando no interior dos Tribunais com autonomia e projetos pedagógicos competentes são fundamentais para propiciar o aperfeiçoamento da instituição e do exercício da função jurisdicional.

A instituição das Escolas Nacionais da Magistratura no ordenamento jurídico brasileiro deve, portanto, receber a atenção devida para que possam desempenhar a relevante tarefa que lhes é confiada pela Constituição e que pode resultar na construção de um Judiciário mais eficiente e efetivo¹⁰.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Gisele Silva. Participação através do direito: a judicialização da política. In: *Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*, 8., 2004, Coimbra. Estado, nação, direito e democracia. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004. Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/GiseleSilvaAraujo.pdf>. Acesso em: 28.fev.2006.

BANDEIRA, Regina Maria Groba. *Seleção dos magistrados no direito pátrio e comparado*: viabilidade legislativa de eleição direta dos membros do Supremo Tribunal Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema6/pdf/200366.pdf>. Acesso em: 07.jan.2006.

CANDEAS, Ana Paula Lucena Silva. *Juízes para o mercado*: os valores recomendados pelo Banco Mundial para os judiciários nacionais. 2003. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Brasília, 2003.

_____. Valores e Judiciários. Os valores recomendados pelo Banco Mundial para os judiciários nacionais. In: *Revista Cidadania e Justiça da AMB*, ano 7, n. 13, 1. sem. 2004. p. 17-39.

¹⁰ os conceitos de “eficiência” e “efetividade” são tratados aqui com base em Sander (1978, p.11-14) segundo o qual eficiência é “[...] o critério administrativo que revela a capacidade real de produzir o máximo com o mínimo de recursos, energia e tempo[...]”. Nesse sentido, a administração para a eficiência mede-se por “[...] critério de desempenho instrumental extrínseco, de natureza econômica, medido em termos de capacidade administrativa para alcançar um elevado grau de produtividade[...]”. O conceito de “efetividade”, por sua vez, traz em seu bojo o sentido de realização. Efetivo, conforme Sander (1978:13), significa “[...] real, verdadeiro, que causa efeito concreto [...]”. Seu sentido está relacionado, portanto, às demandas externas. Para o autor (1978:14) “A efetividade é um critério substantivo, enquanto a eficácia e a eficiência são critérios instrumentais [...]”.

- FARIA, José Eduardo (Org.). *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: RT, 1991.
- FIX-FIERRO, Héctor; FRIEDMAN, Lawrence M.; PERDOMO, Rogelio Pérez. *Culturas jurídicas latinas de Europa y América en tiempos de globalización*. México-DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.
- FIX-FIERRO, Héctor. Este número. In: SAGÜÉS, Nestor Pedro. *Las Escuelas Judiciales*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1998. (Cuadernos para la Reforma de la Justicia, 5), p. 8-12.
- GUARNIERI, Carlo. El acceso a la magistratura: problemas teóricos y análisis comparado. In: JIMÉNEZ ASENCIO, Rafael (Coord.). *El acceso a la función judicial: estudio comparado*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2001. p. 20-39. (Manuales de Formación Continuada, 13).
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- JIMÉNEZ ASENCIO, Rafael. El acceso a la judicatura en España: evolución histórica, situación actual y propuestas de cambio. In: JIMÉNEZ ASENCIO, Rafael (Coord.). *El acceso a la función judicial: estudio comparado*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2001. p. 115-269. (Manuales de Formación Continuada, 13).
- LUHMANN, Niklas. La costituzione come acquisizione evolutiva. In: ZAGREBELSKY, Gustavo; PORTINARO, Pier Paolo; LUTHER, Jörg (Orgs.). *Il futuro della costituzione*. Torino: Einaudi, 1996. p. 83-128.
- OBERTO, Giacomo. *Recrutement et formation des magistrats en Europe: etude comparative*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2003.
- PEDERZOLI, Patricia. El acceso a las profesiones legales en la República Federal de Alemania. In: JIMÉNEZ ASENCIO, Rafael (Coord.). *El acceso a la función judicial: estudio comparado*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2001a. p. 57-80. (Manuales de Formación Continuada, 13).
- _____. El sistema italiano de selección de jueces. Situación y perspectivas de futuro. In: JIMÉNEZ ASENCIO, Rafael (Coord.). *El acceso a la función judicial: estudio comparado*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2001b. p. 81-114. (Manuales de Formación Continuada, 13).
- RIBEIRO, Wladimir António. As Escolas de Governo e o “novo Direito Administrativo”. In: CARNEIRO, José Mário Brasileiro; AMORIM, Alexandre (Orgs.). *Escolas de Governo e Gestão Municipal*. São Paulo: Oficina Municipal, julho 2003.
- SAGÜÉS, Nestor Pedro. *Las Escuelas Judiciales*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1998. (Cuadernos para la Reforma de la Justicia, 5).
- SANDER, Benno. *Administração da Educação no Brasil: é hora da relevância*. Revista Educação Brasileira, Brasília, v. 1, n. 1, p. 9-27, 1. sem. 1978.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à Sociologia da administração da justiça. In: FARIA, José Eduardo (org.). *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000b.
- _____. *Que formação para os magistrados nos dias de hoje?* Encontro sobre recrutamento, seleção e formação de magistrados, 2000, Lisboa. Que formação para os magistrados hoje? Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, 2000c.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Dir. Científico); GOMES, Conceição (Coord); PEDROSO, João (Coord.). *O Recrutamento e a formação de magistrados: uma proposta de renovação*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001. 2 v.
- SIFUENTES, Mônica. *Judicialização dos Conflitos familiares*. Revista Cidadania e Justiça da AMB, ano 7, n. 13, 1. sem. 2004. p. 153-155.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Org.). *O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Dimensión política de un poder judicial democrático*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: v. 1, n. 4, p. 19-46, out-dez. 1993.
- _____. *Poder judiciário: crises, acertos e desacertos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.